

O “novo normal” no campo da educação: da aparência à essência

The “new normal” in the field of education: from appearance to essence

Ana carolina reis*

eduardo pinto e silva**

catharina marinho meirelles***

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.010>

Acervo Depositphotos



RESUMO

O objetivo geral do presente artigo é desvelar o termo “novo normal”, introduzindo-o numa dimensão histórico-crítica para que, dessa maneira, ele seja capturado em sua forma real. Para tanto, buscou-se introduzir o termo como ele tem sido enunciado na atualidade e discutir sobre o papel da ciência e do método com a finalidade de apreender o que o termo apresenta em essência. Representou-se o novo normal a partir dos supostos elementos que o compõem com a finalidade de, posteriormente, discorrer a respeito de uma análise crítica sobre o termo, afunilando-a para o campo da educação. Adotou-se o materialismo histórico como metodologia central. Tendo em vista a ampla adoção do termo por parte da população, torna-se necessária uma análise aprofundada de sua forma e reais significados, assim como dos desdobramentos de sua assunção no cotidiano das relações de trabalho e no campo da educação.

Palavras-chave: Novo normal. Pseudoconcreto. Essência. Educação. Materialismo histórico.

ABSTRACT

The general objective of this article is to unveil the term of the “new normal” introducing it in a historical-critical dimension so that, so we can capture it in its real form. To this end, we sought to introduce the terminology as its statement today and discuss the role of science and method to apprehend what the term essentially presents. The new normal was represented based on the supposed elements that compose it, with the purpose of, later, discussing a critical analysis of the term, narrowing it to the field of education. For the central methodology of this paper, was adopted the historical materialism. Given the widespread adoption of the term by the population, an in-depth analysis of its form and real meanings becomes necessary, as well as the consequences of its assumption in the daily work relations and the field of education.

Keywords: New normal. Pseudoconcrete. Essence. Education. Historical materialism.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 será para sempre lembrado como aquele em que a vida humana ficou em suspenso. Os cotidianos, as agendas, as expectativas, os projetos, o ir, o vir, o estar, tudo, absolutamente tudo, foi atravessado pela incerteza, pela agonia do não saber, do não prever, do não poder. A pandemia de covid-19 desestruturou muitas certezas e colocou em xeque a compreensão sobre o que viria depois, nos fazendo recordar que “tudo o que é sólido desmancha no ar”, como já nos advertiram há dois séculos Marx e Engels (MARX; ENGELS, 2005).

Diante do risco real dos desdobramentos de uma pandemia, cuja forma e velocidade de transmissibilidade ainda eram desconhecidas, foram adotados novos hábitos, novas restrições, novos modos de trabalhar, novas formas de relacionamento, novas sociabilidades. A sensação de instabilidade, os medos concretos diante do contágio e da morte, o recuo da economia, enfim, o bloqueio parcial da vida, suscitaram a premissa de que a pandemia teria promovido uma ruptura com tudo o que havíamos conhecido e vivenciado até então.

Era e ainda é muito tênue a linha divisória entre o mundo ao qual estávamos acostumados (ou não) e o novo mundo que teríamos de construir e a que nos adaptar (ou não). Nesse momento de suspensão e apreensão, não tardou para que novos conceitos fossem criados ou requeitados. No meio do balaio de expressões que visavam, em última instância, trazer o mínimo de segurança diante do avanço da instabilidade, começamos a ouvir, de forma recorrente e intensa, a expressão “novo normal”.

Em uma tentativa de assegurar o mínimo de estabilidade, previsibilidade e controle, logo os apologistas do futuro, embalados pela mídia, festejavam aquilo que seria a antecipação de um novo mundo, com novas regras, novas estruturas e novas dinâmicas. Nesse novo mundo, orientado pelo “novo normal”, poderíamos ajustar, consertar, abandonar ou criar uma vida melhor para a humanidade.

Por um lado, a apreensão com o que viria a ocorrer nesse dito “novo normal”, por outro, a exortação das profecias sobre aquela que seria uma nova era.

A tentativa de previsão é uma prática estratégica, normalmente desempenhada por pessoas e instituições para garantir certo controle acerca dos fenômenos que emergem. Tentar prever o futuro a partir dos dados da materialidade concreta ou a partir das especulações sensoriais aflora no sujeito a sensação de segurança necessária para lidar com esse futuro. Assim, denominar de “novo normal” o que está por vir traz segurança e conforto para quem o faz. Por outro lado, ao mesmo passo, a terminologia também gera efeitos adversos como o medo que produz, enquanto afeto político (SAFATLE, 2016), a aceleração e a busca acirrada por adaptação, podendo redundar, por vezes, em formas patológicas de vida.

Foi assim que começaram a ser difundidas as tendências do “novo normal”, vinculadas aos múltiplos meios de comunicação, nas mais variadas redes sociais, pelos mais diversos sujeitos, de acordo com cada nicho e com cada profissão. Quando o tema

assumiu larga escala, iniciamos a investigação, por meio da análise de conjuntura, sobre como o fenômeno se apresentava e o que a expressão representava.

Entretanto, o material produzido acerca do assunto nos pareceu superficial, circunscrito ao âmbito do senso comum e apologético ou panfletário em relação a uma dada concepção de normalidade.

À medida que a análise avançava, começaram a surgir questões norteadoras, pois, afinal: existe um “novo normal”? Será que podemos chamar as tendências desse “novo normal” de novas? A que(m) essa concepção atende? “Novo normal” para quem? Em razão dessas e de outras tantas curiosidades, o objetivo do presente artigo é contextualizar a expressão “novo normal” e as condições materiais e históricas de sua objetivação no campo da educação.

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, buscamos identificar como o termo “novo normal” tem sido enunciado na atualidade. Em seguida discutimos o papel da ciência e do método em Marx, com a finalidade de apreender o que o termo apresenta em sua essência. Na sequência, analisamos criticamente os principais elementos de mudança previstos para o “novo normal”, nomeadamente no que se refere ao campo da educação.

As ideias sobre *novo* e sobre *normal* são atrativas, são palavras carregadas de positividade e esperança. Assim, não é difícil reconhecer a grande atratividade desses termos, amplamente adotados por parte da população, a ponto de naturalizar, o que justifica a necessidade de uma análise mais aprofundada acerca de sua forma e sobre seus significados concretos, bem como sobre os desdobramentos de sua aplicação no cotidiano das relações de trabalho e no campo da educação.

2. O “NOVO NORMAL”

Não é possível datar a origem do termo “novo normal”, mas é possível afirmar que ele não é novo e é requeitado sempre que uma crise de maiores proporções se manifesta. Como já destacamos, diante das incertezas provocadas pela pandemia, foi retomado com muita força, visando consolidar um conjunto de tendências que emergiram durante a pandemia. Do mesmo modo, também não existe uma conceituação aprofundada sobre o termo que vá para além da sua reiterada utilização para definir o conjunto de mudanças estruturais e em múltiplas instâncias da vida, decorrentes da atual crise sanitária, política, econômica e social.

Ora, se existem garantias na vida objetiva da humanidade, aquela que mais se destacará será a garantia da transformação. As relações sociais estão em constante processo de transformação, ainda que as pessoas não atentem para esse fato. No que se refere à história do mundo do trabalho (HARVEY, 2009; ANTUNES, 1995), é possível confirmar a citação de Lavoisier de que “nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”. A história humana se desenrola nesse processo contínuo de transformação, como aponta Engels:

Se submetermos à consideração especulativa a natureza ou a história humana ou a nossa própria atividade espiritual, encontrar-nos-emos, logo de início, com uma trama infinita de concatenações e de mútuas influências, onde nada permanece o que era nem como e onde existia, mas tudo se destrói, se transforma, nasce e perece (ENGELS, 2017, p. 8).

A perspectiva trazida por Engels nos permite afirmar que as transformações ocorrem desde que o mundo se fez mundo, ou melhor, o devir é uma decorrência da objetivação do ser social na intervenção sobre a natureza. Não há nada mais racional do que admitir o caráter transitório das coisas; de conceber que todo o aglomerado de relações sociais possui suas fases de ascensão, desenvolvimento, crise e declínio. Somos sujeitos imersos nas engrenagens de nossa própria produção material, criando sentidos a partir dela até o momento em que as estratégias de reprodução não suportem as contradições e se anulem.

Entretanto, é notável que a retórica da mudança tem sido utilizada em consonância com as formas alienantes de vida. O segundo ponto, e mais importante no tocante ao presente estudo, diz respeito à afirmação de que nada se cria substancialmente do nada.

Esses dois fatos implicam, portanto, a necessidade de delinear o ponto de partida do estudo. Segundo Marx (2008), uma palavra se torna sem sentido se não nos debruçarmos sobre os elementos sobre os quais ela repousa. Tendo em vista que o termo “novo normal”, tomado por si só, pode ser considerado vazio e destituído de historicidade, se faz necessário que ele seja analisado com base nos elementos que o compõem e que estão explicitados no discurso. A contraposição entre a realidade histórica e os elementos contidos no conceito de “novo normal” requer um fazer científico que supere o seu discurso e a sua pseudoconcreticidade (KOSIK, 2011).

3. O PAPEL DO PESQUISADOR E A DISCUSSÃO DO MÉTODO

Discutir sobre ciência sempre foi importante para o avanço da humanidade. Todavia, salta aos olhos que, no contexto pandêmico, as temáticas sobre veracidade e evidência científicas se tornaram imprescindíveis, embora claramente conectadas às questões de sobrevivência. Isso que fez com que elas, embora com ressalvas, ultrapassassem os muros acadêmicos. Não demorou muito para que a discussão científica tomasse maior dimensão em todos os espaços midiáticos, ao mesmo tempo que ocorria o processo de degradação do financiamento¹ da ciência no Brasil.

No entanto, o debate científico não impactou apenas a população que, por tantas vezes, viu-se fora dos debates acerca da importância da ciência, mas impactou

1 No ano de 2020, tivemos um conjunto de acontecimentos que prejudicaram ainda mais o financiamento da ciência e tecnologia, como a portaria nº 34 instituída pela Capes, o novo modelo de concessão de bolsas do CNPQ, o projeto de lei 529 elaborado pelo atual governo de São Paulo e, por fim, a queda orçamentária prevista no projeto de lei orçamentária anual (Ploa) de 2021.

igualmente a comunidade acadêmica, na qual as discussões sobre a verdade objetiva inevitavelmente se mesclam aos distintos posicionamentos políticos, éticos e epistemológicos do campo científico (BOURDIEU, 2004). É dentro dessa sucessão de acontecimentos que introduzimos a discussão sobre o ofício do pesquisador com base nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico.

Em uma de suas falas, que, embora tecida no século XIX, é indiscutivelmente atual, Marx e Engels (1998, p. 98) declaram que “as verdades científicas são sempre paradoxais quando julgadas pela experiência de todos os dias, que somente capta a aparência enganadora das coisas”. A partir desse trecho, os autores estabelecem uma diferenciação entre a aparência (fenômeno) e a essência (verdade), e, por conseguinte, instituem que é impossível compreender o estado de essência das coisas pela via da simples apreciação ou até mesmo da descrição da aparência. Isso acontece porque a aparência ocasionalmente apresenta pistas acerca de sua essência, mas, principalmente, tende a esconder o que ela verdadeiramente é.

Diante do exposto, Marx complementa que “a ciência se tornaria superflua caso houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1985, p. 271), ou seja, ela perderia seu propósito, pois, dessa forma, poderiam ser construídas diversas versões deturpadas da realidade. Por esse motivo, torna-se necessário realizar um desvio da aparência fenomênica (KOSIK, 2011), negando-a para que se chegue à essência do fenômeno.

A partir da relação entre esses dois elementos — aparência e essência — é que a figura do pesquisador entra em cena pois, sem a ciência, a “verdade” tende a ser reduzida a um conjunto de enganos. Logo, a pesquisa é considerada um campo privilegiado para a compreensão da realidade em sua forma real e, ao mesmo tempo que a compreende, atua como mecanismo de sua transformação. Portanto, cabe ao pesquisador, detendo consistência teórica e instrumental, apreender de forma fidedigna a realidade e realizar a reprodução ideal do movimento real do objeto (NETTO, 2009), por meio do pensamento.

Podemos nos aprofundar sobre a deturpação da realidade a partir do conceito de pseudoconcreticidade (KOSIK, 2011), que estabelece que os membros da sociedade, frequentemente enredados pela práxis utilitária, acabam por atuar como reféns do senso comum, se apropriando de uma realidade deformada que não lhes permite ter plena consciência sobre o contexto no qual eles estão inseridos. Contexto e realidade que inclusive existem e continuarão existindo independentemente de o sujeito ter ou não consciência sobre eles, tal como é citado por Marx (2008, p. 260) ao destacar que “o objeto concreto permanece de pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo”, perspectiva que reforça a concepção materialista.

Dessa forma, os movimentos gerados pela pseudoconcreticidade, considerada como “um claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 2011, p. 15), acabam por trazer mais nébulas do que esclarecimentos acerca de seu conteúdo, o que faz com que as verdades permaneçam veladas.

Depositphotos



A *práxis* utilitária cotidiana cria “o pensamento comum” — em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto a técnica de tratamento das coisas — como forma de seu movimento e existência. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na *práxis* fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a “consciência” e a “validade” do mundo real: “é o mundo da aparência” (KOSIK, 2011, p. 19).

O campo fenomênico é um contexto que remete à experiência diária do sujeito, que faz com que ele realize introjeções de forma involuntária e quase imperceptível. É necessário, portanto, desvelar o fenômeno e ir para além do que ele expõe para que se chegue à sua essência.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo (MARX, 2008, p. 122).

Para iniciar um processo de produção do conhecimento, deve-se partir da realidade concreta, também denominada “vida cotidiana” (LUKÁCS, 1966). Entretanto, deve-se adotá-la enquanto um ponto de partida, e negá-la posteriormente, para que seja possível alcançar a sua essência. Percorre-se, portanto, o caminho do particular para o geral, dinamizando os movimentos entre indução e dedução; compreendendo e dando condições nominativas de transformação da realidade; desvelando movimentos obscurecidos em direção à consciência e emancipação humana. Essa é a herança factível do cientista social.

A ideia de um “novo normal” tem forte rebatimento sobre o trabalho docente e sobre o processo ensino-aprendizagem

Assim, partimos do pressuposto de que a ampla utilização do termo “novo normal”, como aparência, obscurece a essência dos elementos que ele carrega. O fazer científico necessário neste momento implica reconhecer nas pistas trazidas pela aparência do “novo normal” a essência das práticas já instituídas ou a ser instituídas no campo da educação.

Não é de pouca monta o que se tem colocado em prática neste momento, bem como o que se pretende que seja mantido mesmo depois da pandemia. Nesse jogo de claro-escuro, que esconde/mostra a verdade/engano, observamos que muitas mudanças são operadas de forma que os estatutos já estabelecidos permaneçam exatamente como sempre foram.

A materialidade produzida pela pandemia tem produzido também um conjunto de noções ideológicas que, disseminadas no senso comum, têm se constituído em uma nova linguagem. Porém as pistas decifráveis dessa linguagem denotam que a aparência vanguardista esconde sua essência extremamente conservadora, além de se apresentar como uma única possibilidade de resposta para a crise. O discurso profético em torno do “novo normal” tem uma dupla função. Por um lado, esconde o caráter contraditório e histórico da crise em que nos encontramos, e por outro, serve para justificar reformas que já estão em curso em menor ou maior velocidade, dependendo do contexto em que se encontram.

Sob o pretexto da inexorabilidade do “novo normal” estão sendo adotadas práticas no campo da educação que, embora não sejam inéditas, aceleram sobremodo o que já estava em curso.

Nessa lógica podemos reconhecer no campo da educação que a ideia de um “novo normal” tem forte rebatimento sobre o trabalho docente e sobre o processo ensino-aprendizagem. Do que é possível apreender até o momento, entre os elementos presentes no discurso e na prática do “novo normal”, podemos destacar: a apologia à flexibilidade e tudo o que isso possa implicar no trabalho educacional; a prática, inconteste e a despeito de seus embaraços, do ensino a distância (EaD) ou a sua ultraflexibilização, que seria o ensino híbrido; a hegemonia do trabalho remoto — *home office*; a integração e automação digital; e novas relações de trabalho, caracterizadas pelo estreitamento da relação público-privado, pela utilização de instrumentos de trabalho próprios e por novas formas de vínculos contratuais, entre outros.

Certamente, no discurso de “novo normal” cabem quantos elementos a criatividade de seus defensores permitir. Entretanto, para o escopo deste artigo nos concentraremos na essência das mudanças no trabalho docente e no processo ensino-aprendizagem, como vitrines das propaladas novidades.

4. O “NOVO NORMAL” DO TRABALHO DOCENTE

Analisar o trabalho docente e suas perspectivas não é tarefa que possa ser empreendida sem considerar ser esse um trabalho como outro qualquer. E aqui não se apresenta uma desqualificação dessa relevante atividade, muito pelo contrário, mas cabe reconhecer que o trabalhador da educação é um trabalhador e não um ente iluminado apartado das condições materiais e históricas do mundo do trabalho. Por isso, a compreensão sobre o trabalho docente implica a compreensão da história do mundo do trabalho e suas constantes transformações. Compreender o conceito de flexibilidade do trabalho docente significa localizar o cenário de sua gestação.

A passagem do binômio fordismo-keynesianismo para o toyotismo, juntamente com as reestruturações produtivas, intensificadas no Brasil a partir de 1990, passou a reproduzir no âmbito das relações homem-trabalho um novo paradigma que visava, em última instância, à adaptação das instituições brasileiras às condições internas e externas, engendradas no contexto de políticas neoliberais de âmbito mundial.

A acumulação flexível, ícone desse modelo de produção capitalista, acabou por desencadear níveis relativamente altos de desemprego estrutural, reconfigurações no desenvolvimento de habilidades profissionais, redução de salários, retrocesso do poder sindical e, principalmente, forte influência nos dispositivos escolares, de modo geral (HARVEY, 2009).

Numa linha heterogênea, porém fundamental para a compreensão do emaranhado de acontecimentos que emergem na atualidade, existe um processo político-jurídico no qual se fere gradativamente o regime de proteção que abarca a responsabilização por parte do Estado tanto em relação a serviços ditos “não exclusivos”², em consonância com a adequação à reforma do aparelho estatal pelo viés da administração pública gerencial (BRESSER-PEREIRA, 1995), quanto a direitos da classe trabalhadora que vêm constantemente sofrendo uma série de flexibilizações.

Atualmente, presenciamos uma segunda onda da reformulação do Estado em função da lógica neoliberal, caracterizada pela reforma administrativa de 2020, que tende a avançar no apagamento dos elementos da social-democracia ainda contidos

2 “Finalmente, no setor dos serviços não exclusivos do Estado, a propriedade deverá ser em princípio pública não estatal. Não deve ser estatal porque não envolve o uso do poder de Estado. E não deve ser privada porque pressupõe transferências do Estado. Deve ser pública para justificar os subsídios recebidos do Estado. O fato de ser pública não estatal, por sua vez, implicará a necessidade de a atividade ser controlada de forma mista pelo mercado e pelo Estado. O controle do Estado, entretanto, será necessariamente antecedido e complementado pelo controle social direto, derivado do poder dos

na primeira reforma para dedicar-se estritamente ao Estado mínimo. Nesse sentido, existe um significativo processo de extinção de cargos e funções, de depreciação do trabalho e de esvaziamento de áreas estratégicas a serem mercantilizadas e privatizadas.

O trabalhador deixa de ser responsabilidade do Estado e da empresa em que trabalha e passa a ser gestor de si — o homem empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016) —, o que compactua cada vez mais com o estabelecimento de corpos flexíveis e individualizados que se adequam a esse modo de gestão, e também fortalece o desamparo na contemporaneidade. Há incentivo na busca por subverter a situação pela via do empreendedorismo, o que acaba por estimular ainda mais a individualidade como condição de sociabilidade humana no mundo do trabalho, além de influenciar as matrizes curriculares e as formas de educação (ANTUNES, 2019).

Nessa linha de raciocínio, considerando as interfaces entre Estado, educação e trabalho, é possível constatar o fortalecimento do discurso da flexibilidade dos sujeitos e de instituições públicas e privadas. Desde então, o imperativo de flexibilização intensifica-se e ganha novos contornos à medida que eclodem novas crises, como no exemplo da crise de 2008 e da não superada crise político-econômica que permeia o Brasil desde 2015.

Ou seja, estão em andamento um imperativo de rentabilidade das ações — o utilitarismo —, o discurso *quantofrênico* (GAULEJAC, 2007) e a introjeção do discurso adaptativo, aos quais as instituições educacionais têm se adequado, o que tem reverberado na educação superior. Esta última, frequentemente, tem atuado como uma instituição que, embora seja autônoma, é atravessada pela intencionalidade e racionalidade econômica (BOURDIEU, 2004), frequentemente apresentando-se como uma extensão das práticas privatistas e gerencialistas na atualidade (GAULEJAC, 2007).

O trabalho na educação, portanto, não está aquém das mudanças do mundo do trabalho, pois dele faz parte, reforçando-se o entrelaçamento entre ambos, e entre educação e mercantilização. Inserem-se, nas escolas, nos hospitais e nas universidades públicas, instituições-chave da pesquisa no Brasil, elementos típicos do setor privado:

Essa reforma da administração pública é parte da globalização das formas da arte de governar. Em todo o mundo, seja qual for a situação local, os mesmos métodos são preconizados, e o mesmo léxico uniforme é empregado (competição, reengenharia de processos, *benchmarking*, *best practice*, indicadores de desempenho). Esses métodos e essas categorias são válidos para todos os problemas, todas as esferas de ação, da defesa nacional à gestão dos hospitais, passando pela atividade judicial. Essa reforma “genérica” do Estado segundo os princípios do setor privado apresenta-se como ideologicamente neutra: visa somente à eficiência ou, como dizem os especialistas britânicos em auditoria, ao “*value for money*”, isto é, otimização dos recursos

conselhos de administração constituídos pela sociedade. E o controle do mercado se materializará na cobrança dos serviços. Desta forma a sociedade estará permanentemente atestando a validade dos serviços prestados, ao mesmo tempo que se estabelecerá um sistema de parceria ou de cogestão entre o Estado e a sociedade civil” (BRESSER, 1995, p. 29).

utilizados [...]. O fato é que com esse léxico, e com essa racionalidade que ele contém, difunde-se uma concepção utilitarista do homem que não poupa nenhum campo de atividade. O funcionário público é uma agente racional que reage apenas aos estímulos materiais. Os códigos de honra da profissão, a identidade profissional, os valores coletivos, o senso de dever e o interesse geral que movem alguns agentes públicos e dão sentido a seu compromisso são deliberadamente ignorados (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 312).

O “governo empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016) e o fenômeno da compressão espaço-tempo (HARVEY, 2009), entendido enquanto um movimento que se acentua a partir dos anos 1970, forjam um entrelaçamento cada vez maior entre vida pública e privada. E a superação das distâncias se mantém, até os dias atuais, em constante aceleração.

Em decorrência de tal compressão, atrelada à expansão do desemprego estrutural e do setor de serviços, demanda-se cada vez mais que o trabalho seja levado para casa, o que traz severas consequências: as linhas que separavam a casa e o trabalho começam a ficar cada vez mais difusas; elas estão se tornando cada vez mais tênues e as atividades “extralaborais” assumem o eixo cotidiano familiar, afetando a vida individual e coletiva. Em pesquisa realizada por Sguissardi e Silva Júnior em 2009, é possível observar esse entrelaçamento.

Há ainda relatos de professoras que não conseguiam abdicar do exercício de suas tarefas em situações tão inusitadas; como férias: “Eu sou a típica pessoa que não tira férias [...] a última vez que tirei férias foi quatro ou cinco anos atrás”; ao que complementou: “Eu costumo dizer que só tira férias aqui da universidade quem vai pra Marte [...] eu não tirava [férias], eu tirava no papel e não tirava na prática” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 235); interação da filha na UTI: “Minha filha sendo operada por nove médicos [...] e eu tendo que ler tudo! Tendo que ler!”, ao que completou, exprimindo sua culpa (em relação à filha e à leitura realizada): “Ela estava na sala de operação [...] e eu na sala de espera lendo uma dissertação [...] eu me senti muito culpada em relação à minha filha” [...] [e] “não consegui ler direito tão bem quanto eu deveria” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 242); e situações de lazer: “Nunca vou viajar [em feriados] se não tiver dez, 12 artigos na malinha, nunca!” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 236) (SILVA, 2020).

As tecnologias, nesse sentido, fazem jus ao processo de interpenetração entre a vida pessoal e a organizacional (SILVA, 2020). À medida que são formuladas em prol da facilitação do mundo para o homem, assim como no caso da economia, elas passam a dominá-lo. As tecnologias por si sós não preveem a precarização e intensificação do trabalho (MARX, 2013), entretanto, no contexto capitalista, elas são forjadas como um dispositivo de captura da subjetividade.

Da mesma maneira, parece certo fazer reflexões acerca da implementação de tecnologias que impulsionaram o avanço do desemprego estrutural, mas os processos de precarização do trabalho e desemprego estrutural não podem ser reduzidos à introdução de tecnologias nos meios de produção e aumento do trabalho morto no processo produtivo, mas sim vinculados a políticas que promovem a má distribuição de riqueza.

À vista disso, as tecnologias se apresentam como um dos fatores de aglutinação entre o público e o privado que deslançam desde as formas mais sutis até as mais extrapoladas de internalização do trabalho na vida privada.

Elas começam com a prontidão de telefonemas e *e-mails* e, por conseguinte, perpassam o celular disponibilizado pela instituição; resvalam na otimização das informações — fruto da integração digital —, que podem ser obtidas em qualquer lugar; por fim, encontram desfecho quando o trabalho e a casa passam a ser sinônimos e se torna necessário alocar o ambiente laboral na dinâmica familiar com, literalmente, tudo o que há no seu interior. O respeito a todas as instâncias da vida cotidiana se apresenta como condição cada vez mais impossibilitada e isso se torna naturalizado.

Atualmente, por conta do avanço da naturalização do trabalho remoto/*em home office*, diversas empresas institucionalizam a modalidade como medida definitiva (CAMPOS; BIGARELLI, 2020). Ainda que haja pesquisas que sinalizem o caráter intensificador da modalidade e enfatizem o aumento da sobrecarga no trabalho (DUTRA, 2020) e as disfunções emocionais (NUZZI, 2020), há quem afirme que a pandemia só antecipou um modo de trabalho já concebido e inevitavelmente em vias de implementação.

Outro ponto a ser considerado é a naturalização da responsabilização do trabalhador pela disponibilização de instrumentos próprios para a realização do seu trabalho. Como uma piada de muito mau gosto, é como se o trabalhador tivesse “recuperado” a propriedade dos meios de produção. A exacerbação da exploração da mais-valia passa a ser enrijecida pela divisão desproporcional dos investimentos na produção com o trabalhador.

Esse elemento está diretamente associado ao avanço da lógica exploratória (ou uberizada, como tem sido comum encontrar na literatura da área) de atribuir ao trabalhador a responsabilidade por arcar com os instrumentos e os custos de trabalho, o que intensifica a responsabilização do trabalhador por seu próprio fracasso ou triunfo.

Sob a lógica da flexibilidade, o trabalhador docente tem sido obrigado a se “reinventar”, a enfrentar e curar a sua “tecnofobia”, a sair da sua “zona de conforto”, a se moldar, esticar, puxar sem arrebentar; afinal, o “novo normal” do mundo do trabalho exige a “resiliência”.

Essa discussão nos faz reconhecer que, sob a aparência do “novo”, a normalidade exploratória do capital antecipa e consolida, com o álibi da pandemia, a imple-

Divulgação/MCTIC



EAD ganha impulso com a suspensão das aulas

mentação de reformas profundas e mais perversas nas relações de trabalho, sobretudo o trabalho docente.

5. A PANACEIA DO ENSINO A DISTÂNCIA

“Estamos diante de uma oportunidade fantástica porque a pandemia acelerou um processo, que já estava em curso, de integração entre a tecnologia e a educação” (CASATTI, 2020). A citação, elencada no *Jornal da USP*, sob a perspectiva do professor Seiji Isotani, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, corrobora o que temos discutido até aqui.

O “novo normal” na educação se apresenta como uma antecipação de processos que já estavam em curso. A sutileza desse argumento é a de que, se funcionar bem (ainda que não saibamos quais os critérios usados para se chegar a esse resultado), o ensino remoto pode ser plena e formalmente adotado pelas instituições educacionais. Se não funcionar bem, é possível atribuir o fracasso ao caráter emergencial com que o “ensino remoto emergencial” foi utilizado. O mesmo professor já antecipa essa justificativa quando afirma: “O ensino remoto atual só atende à situação emergencial, mas pode ser a semente da transformação digital de qualidade.”

Ou seja, a pandemia tem funcionado como um balão de ensaio para experimentos já iniciados. A capacidade de adesão, adaptação e convencimento das

pessoas diante das mudanças estruturais na educação está sendo monitorada *pari passu*.

A discussão sobre a expansão do EaD no país, em decorrência da adoção do ensino remoto pela maioria das instituições de ensino superior (IESs) neste momento, tem se intensificado. Entretanto, a discussão não é recente.

O EaD começou a avançar no país a partir de sua regulamentação, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que foi alterada posteriormente por diversas normatizações, portarias e decretos. Mais adiante, ele assumiu maior consistência ao ser reforçado pelo decreto nº 5.622/2005, que o regulamentou e estabeleceu suas diretrizes de funcionamento.

Sendo considerado uma modalidade de ensino tipicamente privado, tendo em vista a preponderância de matrículas em IESs privadas (90,6%) em comparação com as públicas, o EaD é um dos principais mecanismos de barateamento do ensino superior.

A partir de um discurso que articula a inclusão e o custo-benefício, em meio à ascensão do movimento de fusão da educação com o mercado financeiro, essa modalidade de ensino teve um aumento vertiginoso de 156%, ante 25% em cursos de modalidade presencial entre 2007 e 2011 (MILL, 2016).

Nas IESs públicas, há a preocupação com a expansão dessa modalidade de ensino sob a égide do gerencialismo, dos pressupostos mercadológicos, dos princípios da racionalização econômica e da otimização dos recursos que, por vezes, não é acompanhada pela qualidade, ainda que ela esteja presente no bojo das pretensões (RAMOS, 2016).

Um diagnóstico informal, baseado nos relatos de professores e estudantes, revela que a adoção do ensino remoto emergencial tem se dado em condições extremamente precarizadas, em que professores não têm a devida formação para manipular os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs); muitos estudantes e mesmo professores não têm os dispositivos necessários ou acesso aos dados de internet para as aulas; e o ambiente familiar não permite a privacidade necessária para a participação efetiva nas aulas, entre outros elementos.

Esses são problemas seríssimos e terão um impacto imenso na discriminação entre os que irão e os que não irão conseguir acesso às universidades e lá permanecer. Entretanto, não duvidamos que em breve serão planejados e providenciados os recursos para a superação dessas dificuldades, pois o investimento necessário para as adequações será, provavelmente, justificado pelo seu efeito operatório.

Para uma concepção de formação de mão de obra qualificada, essa modalidade de ensino se mostra perfeitamente adequada. Aliás, ela cumpre um duplo objetivo, o de formar mão de obra e o de formar uma consciência coletiva mais adequada à lógica do capitalismo.

Essa modalidade pode ser concebida não enquanto um mecanismo de formação humana, mas sim enquanto um dispositivo de fragilização da manutenção do

O “novo normal” representa uma normalidade que já vem sendo construída a partir de diversos elementos que, lentamente, foram tomando forma na nossa vida objetiva, ainda que muitos membros da sociedade não tenham tomado consciência deles

espaço universitário e fragilização qualitativa do ensino. Pode representar, ademais, a acentuação da intensificação do trabalho docente, violação dos direitos autorais, aumento do princípio da descartabilidade, reforço da competitividade, fragilização dos laços entre pares e desmonte das práticas coletivas de reivindicação.

6. A ESSÊNCIA DO “NOVO NORMAL”

A nomenclatura “novo normal” também possui ação neutralizadora de diversidades. Quando falamos em formas de violência, temos de nos ater a duas possibilidades: as explícitas e as implícitas. As primeiras podem ser consideradas mais simples e são abertamente enunciadas. Por outro lado, as violências implícitas são mais complexas e, por sua vez, necessitam se manter nessa condição para que continuem funcionando (SAFATLE, 2016).

A partir de tal premissa, destaca-se o movimento da nomenclatura em colocar todas as diversidades em uma categoria simplista, o que nos faz perguntar: “novo normal” para quem? A partir da questão, a nomenclatura age, portanto, como um mecanismo de apagamento daqueles que se encontram fora da realidade abarcada pelo “novo normal”, sendo um possível movimento de negação das contradições. Logo, fica muito claro que a nova e melhor era, prevista para o “novo normal”, é destinada às classes A e B.

De acordo com pesquisa feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apenas 22,7% das funções de trabalho podem ser realizadas em *home office* (CUCOLO, 2020); quase 40% dos alunos de escolas públicas não possuem computador em casa (OLIVEIRA, 2020); e uma parcela significativa de docentes apresenta fragilidades acerca do letramento digital e formação em ensino a distância.

A conjuntura desenha as desigualdades brasileiras das formas mais escancaradas e exorbitantes: na contramão da crise econômica, estima-se que os mais ricos

passaram a ter ainda mais condições de acumulação, assim como estratégias mais eficazes de se defender da covid-19 (GRAGNANI, 2020).

Por fim, quando retomamos os elementos que compõem o “novo normal” e nos atemos à produção objetiva e histórica do conhecimento, acabamos por desvelar a falsidade que existe no termo, tendo em que vista que quando nos implicamos em uma análise profunda acerca do tema, observamos que o “novo normal” não apresenta nada de substancialmente novo. Muito pelo contrário:

Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade das dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases *a priori* em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas da acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova (HARVEY, 2009, p. 7).

O “novo normal” representa uma normalidade que já vem sendo construída a partir de diversos elementos que, lentamente, foram tomando forma na nossa vida objetiva, ainda que muitos membros da sociedade não tenham tomado consciência deles. Ele representa, portanto, uma normalidade que vem sendo edificada a partir de diversos elementos heterogêneos, diferentes entre si, mas que vinham se constituindo — ganhando espaço na normalidade — anteriormente ao cenário pandêmico. Cabe frisar que o momento atual foi significativo para iluminar os elementos que vinham sendo instaurados, o que nos proporciona uma margem maior de *compreensão*.

Dados os exemplos, podemos constatar que o termo parasitou o novo (a)normal da pandemia, forjando-se como novidade para se reafirmar em sociedade, o que fez com que esses elementos ganhassem inigualável força para se materializar no cotidiano social.

Cabe frisar, primordialmente, a diferenciação de duas categorias: a primeira, a pandemia, possui validade de ineditismo quando levamos em conta a geração que a vivencia, enquanto a segunda categoria, caracterizada pelo conjunto de elementos que se circunscrevem no “novo normal”, não dispõe de tal validade, ainda que se autorrefira como nova. Trata-se, portanto, de um velho travestido de novo; um velho exacerbado, só que datado no presente.

A celebração do “novo normal” a partir da pandemia de covid-19 se apresenta com uma aparência de valoração positiva porque escamoteia a sua essência de inten-

Enquanto institui novas formas de acumulação, a aparência do “novo normal” escamoteia a essência das relações predatórias do capital. O cenário da pandemia tende a acelerar ou agudizar práticas sociais que já estavam em curso. Com o adendo de que essa aceleração e reafirmação social ganham contornos de “legitimidade”

sificação da discriminação e da opressão do sistema capitalista de produção sobre os trabalhadores.

Enquanto o sentimento de gratidão aos profissionais de saúde leva as pessoas a bater palmas em suas janelas às 20h, o governo encaminha para o Congresso Nacional a PEC nº 37/2020, que retira de muitos desses profissionais a dignidade nas suas condições de trabalho.

Enquanto o auxílio emergencial teve o seu valor rebaixado de R\$ 600 para R\$ 300 no Brasil, o patrimônio dos bilionários aumentou cerca de R\$ 176 bilhões durante a pandemia, segundo os dados da ONG Oxfam (PATRIMÔNIO, 2020).

Pesquisas científicas realizadas durante a pandemia revelam que houve crescimento da violência contra as mulheres (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020), que os negros foram os mais impactados pelas consequências da doença (SANTOS, 2020), que aumentou o fosso da desigualdade econômica (DEMENECH, 2020), que os idosos foram mais vezes vítimas de agressões (MORAES et al., 2020), que os LGBTQs foram mais agredidos do que já o são normalmente (SOUPIN, 2020) e que, apesar do discurso dizer o contrário, apesar de todos estarmos submetidos à mesma pandemia, nem todos a temos vivenciado da mesma forma.

Enquanto institui novas formas de acumulação, a aparência do “novo normal” escamoteia a essência das relações predatórias do capital. O cenário da pandemia tende a acelerar ou agudizar práticas sociais que já estavam em curso. Com o adendo de que essa aceleração e reafirmação social ganham contornos de “legitimidade”.

Eis as controvérsias do supostamente novo, ou desse supostamente inexorável “novo normal”, por nós compreendido como condizente com uma outra formu-

lação: a do *novo anormal*, precário e excludente. Argumentamos, com Harvey (2009), não se tratar de algo novo, tampouco de efetivas transformações sociais, outrossim “transformações” de “aparência superficial”.

As formas de sociabilidade e subjetividade, porém, não são refêns das injunções do capital (SILVA, 2013). Há forças que se desviam da direção dos caminhos impingidos pelo fluxo dominante em curso. Tais forças são a exemplificação de que nada está efetivamente dado e que somos seres ativos na transformação social; somos produtos, mas também produtores do meio em que vivemos.

Portanto, cabe aos seres sociais validarem ou descartarem as tendências, o que nos coloca como protagonistas e responsáveis pelo processo em que a humanidade reage em detrimento do conjunto de façanhas materiais.

O processo econômico e as morfologias do trabalho atravessam a organização social e política vigente na sociedade e fazem emergir novas formas de sociabilidade. As subjetividades, nesse processo, podem ser capturadas pela norma (subjetividades refratadas), bem como podem afirmar sua potência e construir estranhamentos e caminhos de autonomia que quebrem o ciclo de submissão (subjetividades refratárias) na busca de edificar formas de vida social e politicamente qualificadas (SILVA, 2013).

Atuamos constantemente sob contradições. E são essas contradições que nos movem. Dentro da suposta normalidade, ou do cotidiano alienado, há sempre algo que escapa. Pois o instituído não elimina o instituinte e as potencialidades do ser social (LOURAU, 2014).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos contextualizar o termo “novo normal” com base nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico e discutimos o papel da ciência nas ações de desvelar expressões que não condizem com a vida objetiva. O percurso nos permitiu concluir que o termo não expressa contornos efetivamente novos para a realidade social, mas sim que atua como um dispositivo de reafirmação de elementos passados que já emergiam e se materializavam no cotidiano e práticas sociais.

Consideramos que “novo normal” é uma expressão que pode estar em conformidade com o discurso heterônomo do campo educacional ao tratar as circunstâncias como inexoráveis e as tendências como certas. Ao universalizá-la nos meios sociais, fica mais fácil implementar meios drásticos de flexibilização nos modos operatórios da educação e, conseqüentemente, fazer novas vítimas ou até mesmo ampliar precarizações e desigualdades que já se encontravam presentes na educação e no mundo do trabalho.

Desse modo, se naturaliza o social precário e excludente, que atinge sobremaneira os vulneráveis, mulheres, LGBTQs, negros e periféricos, de forma ainda mais intensa, e com relativas reconfigurações das formas imediatamente pretéritas.

No mais, reiteramos a necessidade do olhar no presente, bem como da responsabilidade de construção de uma sociedade e formas de sociabilidade qualificadas, diametralmente opostas às engendradas pelo “novo normal”.

Alertamos, portanto, que a assunção e naturalização do termo podem reverberar negativamente nas formas de trabalho, na vida cotidiana, ética, moral e na educação, assim como atingir em cheio as formas de subjetivação.

Eis portanto a relevância de desvelá-la, no sentido de fortalecer o polo humanizador e transformador das contradições sociais, em sua contraposição ao polo reificador, conformado e adaptado.

*Psicóloga formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda (bolsista Capes) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), linha de pesquisa “Estado, política e formação humana”. Integrante da Rede Universitas/Br-CNPq. Membro do Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS-Unicamp).

** Professor associado III do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), linha de pesquisa “Estado, política e formação humana”. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em Educação pela Unicamp, linha “Política e sistemas educativos”. Pós-doutor pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Membro dos grupos de pesquisa Trabalho Docente na Educação Superior (Uerj) e Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (Unicamp). Participa da pesquisa «Observatório da Educação: a expansão da educação superior. Coordenador do Núcleo Nordeste Paulista da Associação Brasileira de Psicologia Social. Coordenador da linha de pesquisa «Estado, Política e Formação Humana» do PPGE UFSCar. Membro do GT Clínica e Psicodinâmica do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia (Anpepp).

*** Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Uerj. Membro da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Graduada em Psicologia e mestre em Administração pela UFF. Professora do Departamento de Psicologia da UFF, *campus* Niterói.

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em outubro de 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

_____. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis et. al. (Org.). **Das crises do capital às crises da educação superior no Brasil**: novos e renovados desafios em perspectiva. Uberlândia: Navegando, 2019, p. 5-18.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n. 4, p. 5-29, fev. 2014.

CAMPOS, Stela; BIGARELLI, Barbara. Empresas já adotam o home office definitivo. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/impresso/noticia/2020/06/08/empresas-ja-adotam-o-home-office-definitivo.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

CASATTI, Denise. Ensino remoto na pandemia pode transformar a educação. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto, 26 maio 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/ensino-remoto-na-pandemia-pode-transformar-educacao>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CUCOLO, Eduardo. Home office é viável para quase 25% dos trabalhadores no Brasil, estima Ipea. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2020. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/home-office-e-viavel-para-quase-25-dos-trabalhadores-no-brasil-estima-ipea.shtml?origin=folha>. Acesso em: 15 jul. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. DEMENECH, Lauro Miranda et al. Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por covid-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, out. 2020. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100209>. Acesso em: 6 out. 2020.

DUTRA, Francisco. Seis em cada 10 servidores do GDF em teletrabalho se queixam de sobrecarga. **Metrópoles**, Brasília, 11 ago. 2020. Disponível em: <www.metrosoles.com/distrito-federal/seis-em-cada-10-servidores-do-gdf-em-teletrabalho-se-queixam-de-sobrecarga?fbclid=IwAR3OmV7XR3gQ-5CDR_uQirHI73osh4KGKDKgGfQ5f1hWZfq6CPpy-VLfcv1E>. Acesso em: 1 jul. 2020.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo?. **BBC News Brasil**, 12 jul. 2020. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 20 jul. 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUKÁCS, György. **Estética 1**: la peculiaridad de lo estético. Barcelona: Grijalbo, 1966. v. 1.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O Capital**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos de economia y filosofia**. 11. ed. Madri: Editorial Alianza, 1985.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILL, Daniel. Educação a distância: cenários, dilemas e perspectivas. **Revista de Educação Pública**, v. 25, n. 59/2, p. 432-454, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3821>. Acesso em: 1 set. 2020.

MORAES, Claudia Leite; et al. Violência contra idosos durante a pandemia de covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25 (supl. 2), p. 4.177-4.184, jul. 2020. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csc/v25s2/1413-8123-csc-25-s2-4177.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

NUZZI, Vitor. Teletrabalho se consolida em gangorra emocional trazida pela pandemia. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 2 ago. 2020. Disponível em: www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/08/teletrabalho-gangorra-emocional-pandemia/?fbclid=IwAR3fgDDKcNpKryAZc7KNMUjJFoX2Vva-Z8Llyueih0jMbBRXuulQ1a5kVloo. Acesso em: 2 ago. 2020.

OLIVEIRA, Élda. Quase 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa, aponta estudo. **G1**, São Paulo, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 9 jul. 2020.

RAMOS, Géssica Priscila. Racionalidade e gerencialismo na política educacional paulista de 1995 a 2014: muito além das conjunturas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, p. 546-578, jul.-set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362016000300546&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 ago. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; et al. População negra e covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, maio-ago. 2020. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, Eduardo Pinto e. Subjetividade e sociabilidade: reflexões sobre o trabalho e saúde do professor universitário sob uma perspectiva freudo-marxista. **Advir**, v. 30, p. 19-31, 2013.

_____. Trabalho e subjetividade na universidade: por uma visão global e multifacetada dos processos de sofrimento e adoecimento. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 1, 2020. Acesso em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7444033>. Disponível em: 20 ago. 2020.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al. (Org.). **Das crises do capital às crises da educação superior no Brasil: novos e renovados desafios em perspectiva**. Uberlândia: Navegando, 2019.

Sguissardi, Valdemar; Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Editora Xamã, 2009.

SOUPIIN, Elisa. Pandemia de LGBTfobia. **Universa**, São Paulo, 17 maio 2020. Disponível em: www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/pandemia-de-lgbtfobia/#cover. Acesso em: 30 set. 2020.

PATRIMÔNIO dos super-ricos brasileiros cresce US\$ 34 bilhões durante a pandemia, diz Oxfam. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2020.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbepid/v23/1980-5497-rbepid-23-e200033.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.